

Consulta Pública para o Planejamento Estratégico 2021-2026

RELATÓRIO ANALÍTICO

AGE / PRES

Natal, 12/05/2020.

2020 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Presidente do TRE-RN

Desembargador Glauber Antonio Nunes Rêgo

Diretora-Geral da Secretaria

Simone Maria de Oliveira Soares Mello

Preparação, organização, revisão e edição

Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica (ASPLAN)

Yvette Bezerra Guerreiro Maia

Escritório Corporativo de Projetos

Maria Ruth Bezerra Maia de Hollanda

Escritório de Processos Organizacionais e de Riscos

Iaperi Gábor Damasceno Árbocz

Núcleo de Estatística

Thiago de Medeiros Dantas

Núcleo de Gestão Socioambiental

Lanna Patrícia da Silva

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Juliana Vieira Costa de Aguiar

Sumário

1. JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026	4
2. FORMALIZAÇÃO E PERÍODO DE APLICAÇÃO	4
3. FORMULÁRIO DA CONSULTA (Google Formulários)	6
4. QUANTITATIVO E PERFIL DAS RESPOSTAS OBTIDAS	16
5. AVALIAÇÃO DE RELEVÂNCIA POR TEMAS	17
6. AVALIAÇÃO AGREGADA DA RELEVÂNCIA DOS TEMAS	25
7. RESPOSTAS E MANIFESTAÇÕES COMPILADAS POR TEMA.....	29
A Justiça Eleitoral, o processo democrático e as demandas sociais	29
Relacionamento institucional, governança e <i>accountability</i>	32
Prestação jurisdicional e enfrentamento à corrupção e ilícitos eleitorais.....	34
Responsabilidade socioambiental.....	36
Acesso à informação e transparência	37
Gestão orçamentária e custo da eleição.....	39
Novas tecnologias, segurança da informação e proteção de dados.....	40
Processo eleitoral e segurança da urna eletrônica	42

RELATÓRIO ANALÍTICO DO TRE-RN

1. JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Tendo em vista o final do ciclo estratégico 2016-2020, a Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica – AGE propôs a realização de uma consulta pública para colher informações para o início da construção do processo de planejamento estratégico para o novo ciclo 2021-2026.

Assim, mediante a disponibilização de um questionário dividido por temas, que certamente estarão de alguma forma presentes no direcionamento estratégico a ser fixado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, buscou-se proporcionar um meio de participação para os públicos interno (servidores e magistrados) e externo (eleitores, advogados, contadores, representantes do ministério público e representantes de partidos políticos), a fim de colher possíveis iniciativas estratégicas¹ a serem incorporadas ao novo ciclo de planejamento que se avizinha.

2. FORMALIZAÇÃO E PERÍODO DE APLICAÇÃO

O procedimento de consulta foi formalizado através do Processo Administrativo Eletrônico nº 185/2020, autorizado pela Diretoria-Geral do TRE/RN e aplicada no período 15/01 a 16/03/2020, prorrogando-se o final para 07/04/2020.

Após aprovação da consulta pela alta administração, foram disponibilizados na *intranet* e *internet* notícia e *banner* virtual, informando de maneira clara aos participantes as regras que orientaram o processo participativo.

¹ “Iniciativas estratégicas representam o *como*. [...] As iniciativas estratégicas representam a força que deflagra o movimento da massa organizacional, superando a inércia e a resistência à mudança. *Iniciativas Estratégicas* são o conjunto de projetos e programas de duração finita, fora das atividades operacionais rotineiras da organização, destinados a ajudar a entidade a alcançar o desempenho almejado.” (Grifos no original) KAPLAN, Robert. S.. **A execução premium:** a obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2008. p. 104.



Publicação de *Banner virtual na intranet e Internet.*

The screenshot shows a Microsoft Edge browser window with several tabs open. The main content area displays the TRE-RN website (<https://portal.tre-rn.jus.br/intranet/news/tre-rn-lanca-consulta-p>). The page header includes the TRE-RN logo and navigation links for Institutional, Eleições, Partidos, Judiciário, Administração, Sistemas, Zonas, Pessoal, and Notícias. A banner at the top of the page reads "TRE-RN lança Consulta Pública sobre Plano Estratégico 2021-2026". Below the banner, there is a section titled "Novas oportunidades de cursos para servidores" with a list of items. To the right, there is a large image of a group of people with speech bubbles, and text describing the consultation's purpose and scope. Further down, there is a link to a Google Form for the survey.

Notícia de encerramento da consulta pública em 07/04/2020.

The screenshot shows a Microsoft Edge browser window with several tabs open. The main content area displays the TRE-RN website (<https://portal.tre-rn.jus.br/intranet/news/consulta-publica-encerrada>). The page header includes the TRE-RN logo and navigation links for Institutional, Eleições, Partidos, Judiciário, Administração, Sistemas, Zonas, Pessoal, and Notícias. A banner at the top of the page reads "PRAZO ENCERRADO CONSULTA PÚBLICA". Below the banner, there is a section titled "Consulta Pública encerrada" with a list of items. To the right, there is a detailed explanation of the consultation's purpose and its significance for the Justice Electoral of Rio Grande do Norte. The page also includes a link to the final report or results of the consultation.

3. FORMULÁRIO DA CONSULTA (Google Formulários)



Formulários Google

Período de aplicação: 15/01 a 16/03/2020, prorrogado o final até 07/04/2020.

Endereço:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdcPAh3h4FC4UNtf-DQjdGK2dJ5kw4QnKkFs1UlegxHVLxONQ/viewform?usp=sf_link

Optou-se por utilizar ambiente virtual, visando favorecer a ampla participação do público interno e externo, tendo sido assegurado o direito de expressar diferentes manifestações, inclusive aquelas consideradas minoritárias, sendo facultada a todos:

- a) Manifestar-se sobre a relevância dos temas propostos; e
- b) Apresentar iniciativas de aprimoramento da atuação desta justiça nos temas indicados.

A seguir, as telas da consulta aplicada:



1ª tela



Consulta Pública

O TRE/RN disponibiliza esta consulta para que o cidadão avalie a relevância de temas que afetam o desempenho da Justiça Eleitoral e sugira iniciativas de aprimoramento da sua atuação, objetivando contribuir para a elaboração do planejamento estratégico institucional para o período 2021-2026.

A consulta ficará disponível até 16 de março de 2020.

*Obrigatório

Identifique-se: *

- Cidadão-eleitor
- Representante de partido político
- Advogado
- Contador
- Magistrado
- Membro do Ministério Público
- Servidor da Justiça Eleitoral
- Servidor público
- Outro não relacionado acima



2ª tela

Consulta Pública

*Obrigatório

A Justiça Eleitoral, o processo democrático e as demandas sociais.

A Justiça Eleitoral tem como compromisso atuar de forma concreta para assegurar os direitos e garantias fundamentais amparados pela Constituição Federal, especificamente os que tratam dos direitos políticos e dos direitos relacionados a partidos políticos (CF, Título II, Capítulos I e IV).

Nos últimos anos, esta Justiça Especializada vem buscando novos espaços de atuação, desenvolvendo ações voltadas à educação cidadã e ao esclarecimento do seu papel como agente garantidor do processo contínuo de fortalecimento e consolidação da democracia.

Nesse sentido, a Justiça Eleitoral do RN promove ações contínuas junto ao eleitorado jovem, nas escolas e comunidades, reforçando a importância do voto limpo, livre e consciente, como forma de contribuir para o desenvolvimento de uma geração mais engajada com a paz social e que exerça plenamente a sua cidadania.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026? *

	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
Nível de relevância	<input type="radio"/>				

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Sua resposta



3ª tela

Relacionamento institucional, governança e accountability.

A Resolução nº 221, do Conselho Nacional de Justiça, instituiu os princípios de gestão participativa no Poder Judiciário, de modo a fomentar "a participação de magistrados, servidores e, quando oportuno, jurisdicionados, no processo decisório por meio de mecanismos que permitam a expressão de opiniões plurais e a visão dos diversos segmentos e instâncias".

Alinhado ao compromisso do Poder Judiciário de adotar modelos de gestão participativa, o TRE/RN vem progressivamente promovendo ações inclusivas, como audiências públicas, disponibilizando consultas públicas e ampliando a comunicação institucional nas mídias sociais, a fim de conhecer as demandas sociais, identificar pontos de melhoria e responder questões que afetam o relacionamento da Justiça Eleitoral potiguar com a sociedade.

Por outro lado, no intuito de promover sistematicamente o amadurecimento dos órgãos da Administração Pública Federal, o Tribunal de Contas da União estabeleceu formalmente que são funções básicas da governança avaliar, direcionar e monitorar. Para tanto, envolver a sociedade e prestar contas (accountability) das suas atividades são compromissos dos gestores públicos e possibilitam ao cidadão o exercício do controle social na fiscalização das ações da gestão pública, avaliando os objetivos, os processos e seus resultados.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026? *

Nível de relevância	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
	<input type="radio"/>				

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Sua resposta



4ª tela

Prestação jurisdicional e enfrentamento à corrupção e ilícitos eleitorais.

O Relatório Justiça em Números 2019, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça e onde estão divulgados os dados estatísticos do Poder Judiciário do ano-base 2018, apontou um total de 78,7 milhões de processos que tramitaram no ano de referência, representando uma redução, pela primeira vez em 15 anos, de 1,13% em relação ao ano anterior (2017). Esse resultado representou o empenho de magistrados e servidores para dar cumprimento as metas de agilidade e produtividade anualmente fixadas para todos os segmentos da Justiça (Estadual, Federal, Eleitoral e Militar).

Os processos judiciais em tramitação na Justiça Eleitoral representam o segundo menor quantitativo dentre todos os ramos da Justiça, ficando acima apenas da Justiça Militar, exceptuando-se desse conjunto os procedimentos administrativos que demandam decisão judicial, diretamente relacionados à regularização do título de eleitor, cujo volume supera o de processos judiciais.

Caracterizada pela alta rotatividade e cumulação de funções de seus magistrados, atípica no Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral envida esforços constantes para garantir uma prestação jurisdicional efetiva e ágil, dando especial atenção aos processos que tratam sobre cassação de mandado eletivo e prestação de contas eleitorais, considerados críticos para a sociedade, e cuja segurança jurídica e procedural no trâmite deve ser garantida para reguardar a lisura do processo eleitoral.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal confirmou a competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes comuns que apresentam conexão com crimes eleitorais, o que representa um novo desafio para os tribunais eleitorais.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026?

Nível de relevância	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Sua resposta



5ª tela

Responsabilidade socioambiental.

O Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo da Administração Pública Federal, vem progressivamente instando os órgãos públicos a adotar práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologias limpas. A atenção com os gastos da máquina pública levou a uma atuação mais efetiva do Conselho Nacional de Justiça, quanto às questões que envolvem o tema sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

Não de hoje a Justiça Eleitoral do RN vem adotando práticas voltadas à sustentabilidade, como uso de papel reciclado, aquisição de mobiliário com selo de preservação ambiental, coleta seletiva de resíduos, fotossensores de presença, reutilização da água da chuva, monitoramento de impressões para redução de papel, redução de copos descartáveis, dentre outras.

A implantação de sistema solar fotovoltaico consta explicitamente do Anexo II da Resolução CNJ nº 201, onde estão relacionadas sugestões de práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços. Nesse sentido, atualmente o TRE/RN se destaca na região Nordeste como único tribunal eleitoral a implantar usinas de geração de energia fotovoltaica, visando a redução da despesa com energia elétrica e a utilização mais eficiente dos recursos públicos.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026?

Nível de relevância	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
	<input type="radio"/>				

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Sua resposta



6ª tela

Acesso à informação e transparência.

A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação) reforçou o direito constitucional do cidadão às informações públicas. Visando fomentar a efetividade desta lei no âmbito do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça instituiu, através da Resolução nº 260, o Ranking da Transparência, tendo por finalidade avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

O TRE/RN envidiou esforços para aprimorar os mecanismos de acesso às informações geradas pela Justiça Eleitoral potiguar, organizando e tratando o conteúdo atualmente disponibilizado na Internet do órgão.

Informações relacionadas à governança institucional, atuação e produtividade dos magistrados, estatísticas processuais, gestão estratégica, gestão de pessoas, gestão patrimonial e de contratações, gestão documental, gestão orçamentária, governança de TIC e serviço de informação ao cidadão, dentre outras, foram aprimoradas pelo TRE/RN, culminando na obtenção no primeiro lugar no Ranking da Transparência 2019 do Poder Judiciário.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026?

Nível de relevância	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
	<input type="radio"/>				

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Sua resposta



7ª tela

Gestão orçamentária e custo da eleição.

A Emenda Constitucional nº 95/2016 estabeleceu uma limitação ao crescimento das despesas públicas durante 20 anos, trazendo para toda a Administração Pública o desafio de redefinir suas prioridades orçamentárias (despesas de funcionamento e investimentos).

Neste novo cenário, o aperfeiçoamento das aquisições, o combate ao desperdício e a efetiva execução do orçamento assumiram uma dimensão estratégica para os órgãos públicos. Para a Justiça Eleitoral, além do estabelecimento de um controle mais rigoroso da gestão orçamentária e financeira ordinária, os tribunais eleitorais deverão gerenciar, a cada dois anos, os impactos desse cenário restritivo no orçamento e nos custos das eleições.

Medidas internas de redução de custos operacionais e de consumo, como energia elétrica, água e contratos tem sido adotadas pelo TRE/RN para enfrentar os limites impostos pelo "teto de gastos", cujos resultados vem se refletindo positivamente na gestão financeira e fiscal.

Considerando que a vigência da EC nº 95 expira em 2036, o controle dos recursos orçamentários pelos órgãos deve ser observado de forma a assegurar o equilíbrio entre o seu funcionamento, mantendo a devida eficiência, e os investimentos necessários à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026?

	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
Nível de relevância	<input type="radio"/>				

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Sua resposta



8ª tela

Novas tecnologias, segurança da informação e proteção de dados.

A Justiça Eleitoral é detentora do mais extenso e detalhado banco de informações dos eleitores - o Cadastro Eleitoral - paulatinamente expandido a partir da inserção dos dados biométricos coletados pelos tribunais eleitorais, seguindo as diretrizes do Programa Biometria Nacional do Tribunal Superior Eleitoral.

Na condição de guardiã desse banco, temas como segurança da informação e, mais recentemente, proteção de dados, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), passaram a compor a agenda estratégica do TRE/RN.

Além disso, no final 2019, a Justiça Eleitoral se integrou aos demais segmentos da Justiça com a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, trazendo mais um conjunto de dados sensíveis a serem monitorados e submetidos ao crivo da política de segurança da informação desta Justiça Especializada.

Reconhecidamente estratégica como agente de modernização institucional através do desenvolvimento de novas tecnologias, os esforços empreendidos pelo TRE/RN para o aprimoramento da área de tecnologia da informação e comunicação resultou no 1º lugar no índice de governança de TIC (iGovTIC) 2019 do Poder Judiciário.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026?

Nível de relevância	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
	<input type="radio"/>				

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Sua resposta



9ª tela

Processo eleitoral e segurança da urna eletrônica.

As atividades relacionadas ao processo eleitoral são desenvolvidas pela Justiça Eleitoral de forma continuada, independentemente de ser ou não ano de eleição.

O ano eleitoral finaliza com a avaliação imediata do pleito respectivo, que embasa o planejamento, inclusive orçamentário, das ações da eleição seguinte. Esse planejamento é desenvolvido ao longo do ano não eleitoral, em paralelo à atividade jurisdicional contínua envolvendo os julgamentos das contas dos candidatos não eleitos e dos processos (originários ou recursais) da eleição finda, até a sua aprovação ao final referido ano, de forma a possibilitar a execução das atividades preparatórias - contratações, aquisições e comunicação - tão logo se inicie o ano eleitoral.

Por outro lado, o processo eleitoral visto externamente em ano de eleição se inicia com o final do alistamento eleitoral, dando seguimento com aqueles considerados oficiais, ou seja, o registro de candidatura, a propaganda eleitoral, a prestação de contas, a votação, a totalização e a diplomação.

Internamente, outros processos são realizados, alguns deles inseridos no calendário eleitoral e abertos para qualquer interessado, no intuito de assegurar a publicização dos atos e procedimentos. Entre eles, têm destaque os que envolvem a segurança da urna eletrônica, fundamental para resguardar a lisura do processo eleitoral.

No seu entender, qual a relevância deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral no período 2021-2026?

Nível de relevância	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância
	<input type="radio"/>				

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

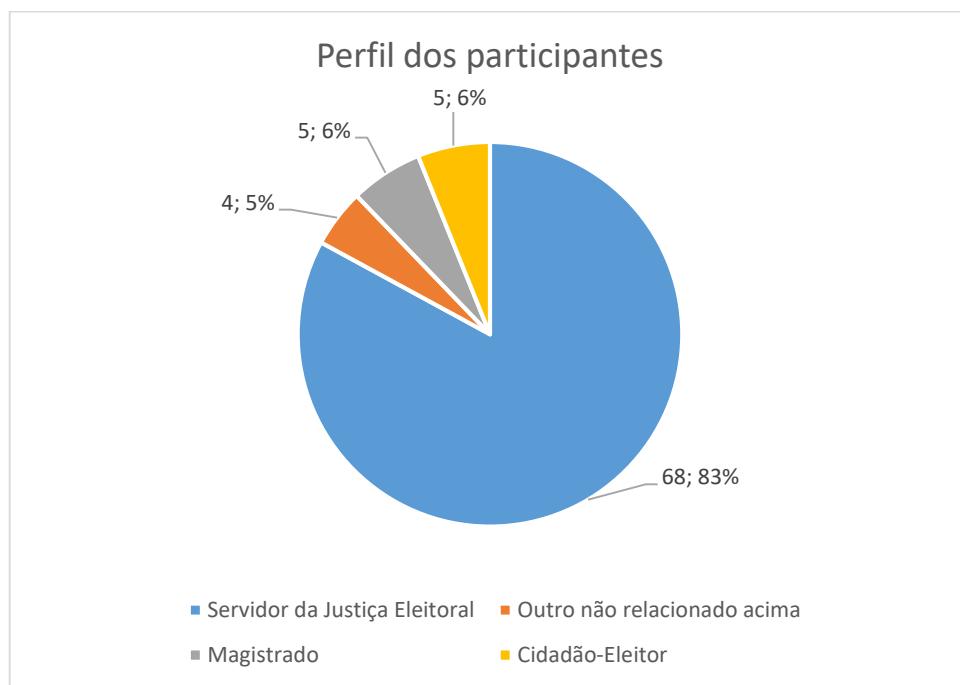
Sua resposta



4. QUANTITATIVO E PERFIL DAS RESPOSTAS OBTIDAS

Quantidade de respostas	82
--------------------------------	-----------

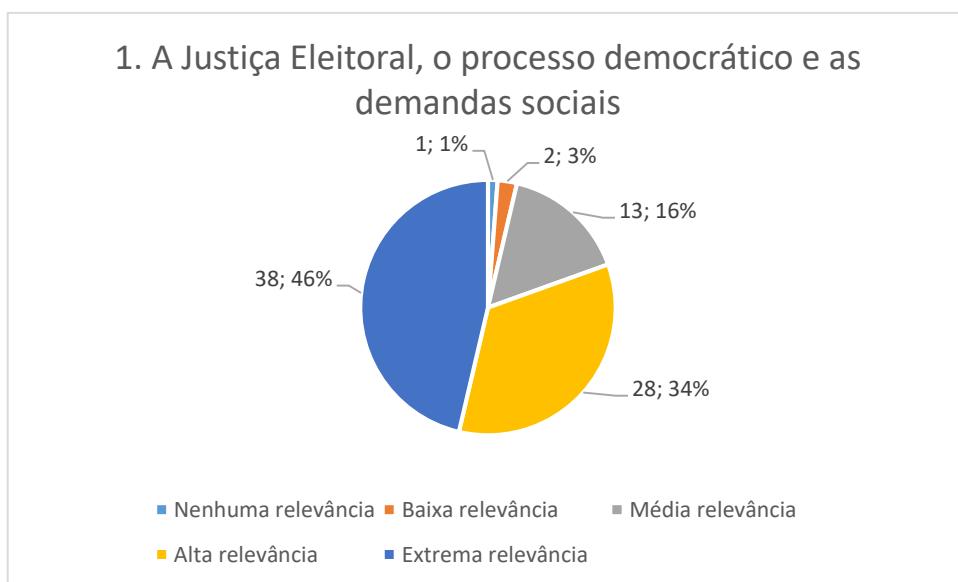
Perfil dos participantes	Quantidade	%
Servidor da Justiça Eleitoral	68	82,9%
Outro não relacionado acima	4	4,9%
Magistrado	5	6,1%
Cidadão-Eleitor	5	6,1%
Total	82	100,0%



Análise: prevalência da participação de “Servidores da Justiça Eleitoral” (68 respostas – 82,9%), seguida pela categoria “Magistrado” (5 respostas – 6,1%), vindo em seguida “Cidadão-Eleitor” (5 respostas – 6,1%), por último a “Outro não relacionado acima” (4 respostas – 4,9%), esta distribuição das respostas expressa um expressivo viés interno (da Justiça Eleitoral) nos participantes da consulta pública.

5. AVALIAÇÃO DE RELEVÂNCIA POR TEMAS

1. A Justiça Eleitoral, o processo democrático e as demandas sociais	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	1	1,2%
Baixa relevância	2	2,4%
Média relevância	13	15,9%
Alta relevância	28	34,1%
Extrema relevância	38	46,3%
Total	82	100,0%



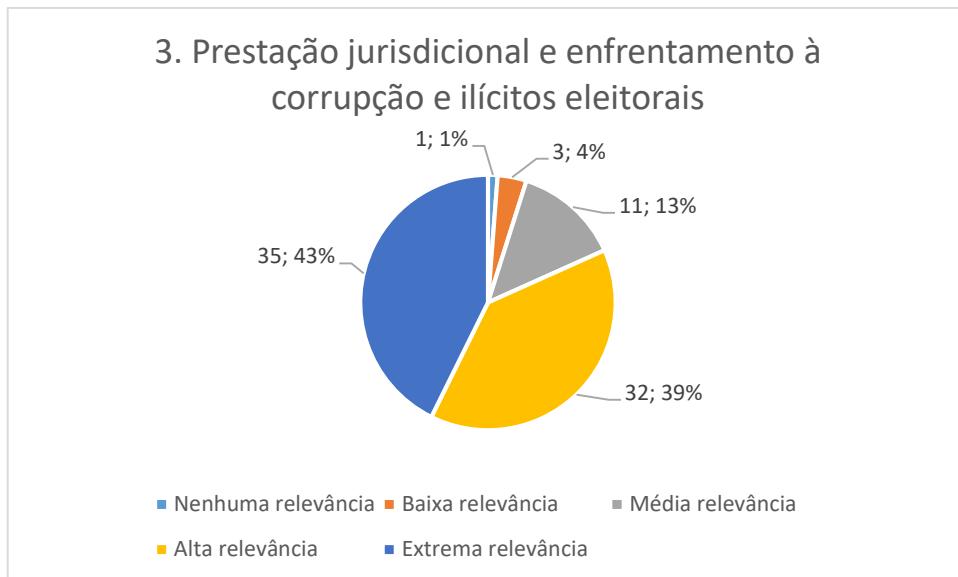
Análise: prevalência das respostas “Extrema relevância” (38 respostas – 46,3%) e “Alta relevância” (28 respostas – 34,1%), perfazendo um total de 66 respostas (80,4%) e sinalizando um elevado peso deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.

2. Relacionamento institucional, governança e accountability	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	0	0,0%
Baixa relevância	1	1,2%
Média relevância	12	14,6%
Alta relevância	36	43,9%
Extrema relevância	33	40,2%
Total	82	100,0%



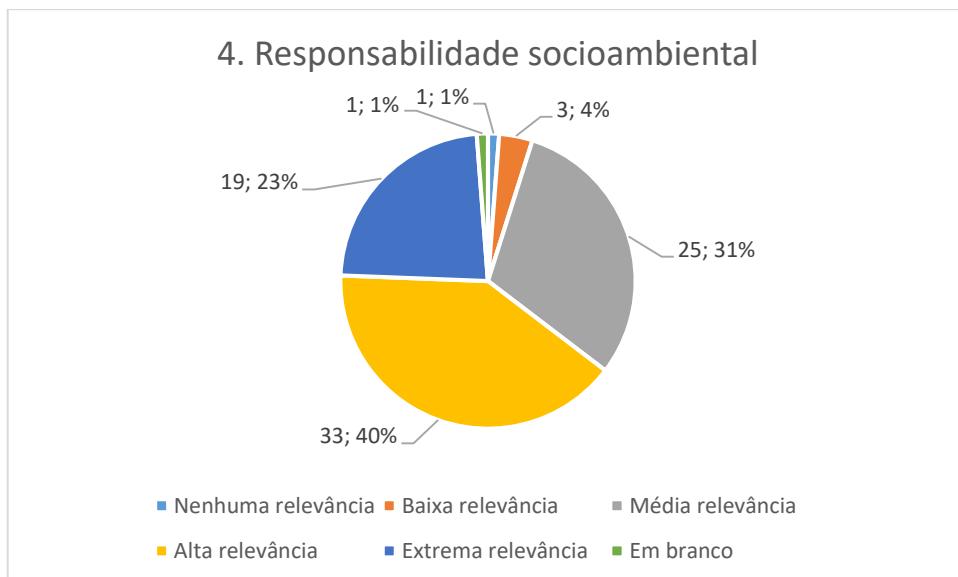
Análise: prevalência das respostas “Extrema relevância” (33 respostas – 40,2%) e “Alta” (36 respostas – 43,9%), perfazendo um total de 69 respostas (84,1%) e sinalizando um elevado peso deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.

3. Prestação jurisdicional e enfrentamento à corrupção e ilícitos eleitorais	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	1	1,2%
Baixa relevância	3	3,7%
Média relevância	11	13,4%
Alta relevância	32	39,0%
Extrema relevância	35	42,7%
Total	82	100,0%



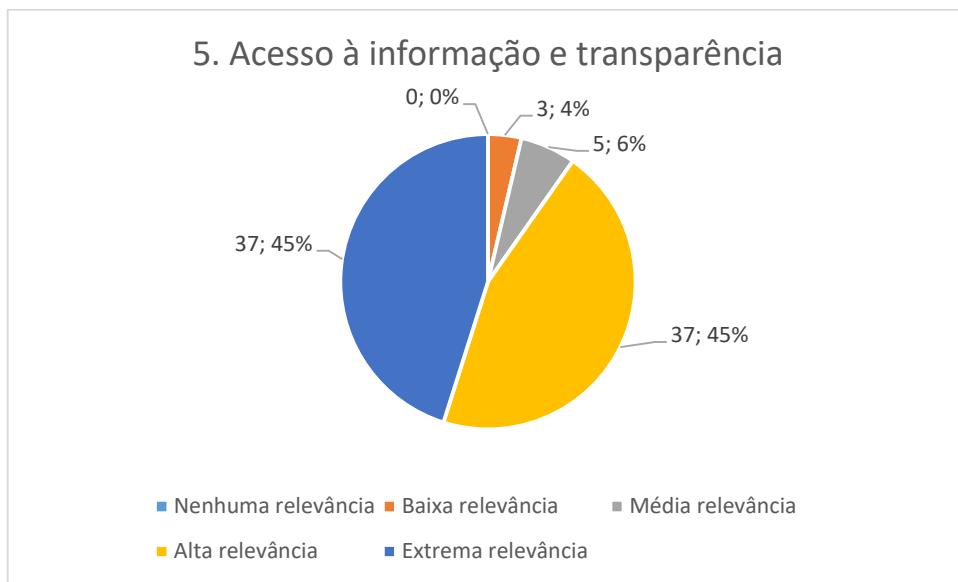
Análise: prevalência das respostas “Extrema relevância” (35 respostas – 42,7%) e “Alta relevância” (32 respostas – 39%), perfazendo um total de 67 respostas (81,7%) e sinalizando um elevado peso deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.

4. Responsabilidade socioambiental	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	1	1,2%
Baixa relevância	3	3,7%
Média relevância	25	30,5%
Alta relevância	33	40,2%
Extrema relevância	19	23,2%
Em branco	1	1,2%
Total	82	100,0%



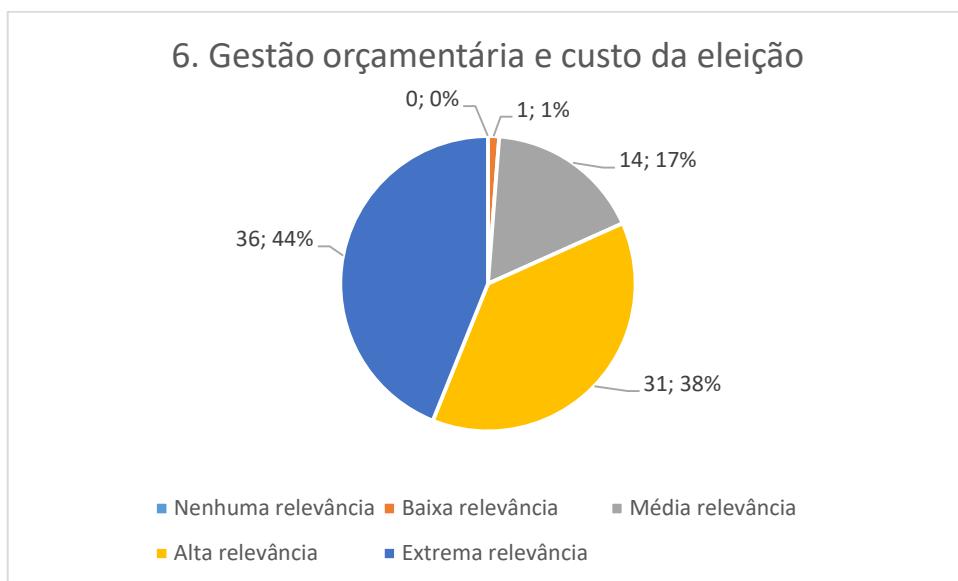
Análise: as respostas “Extrema relevância” (19 respostas – 23,2%) e “Alta relevância” (33 respostas – 40,2%) somaram 63,4% (52 respostas), contudo a faixa “Média relevância” (25 respostas – 30,5%) foi maior que a “Extrema relevância” (terceira colocada na frequência das respostas), o resultado ainda sinaliza a importância do tema, num patamar menor, para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.

5. Acesso à informação e transparência	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	0	0,0%
Baixa relevância	3	3,7%
Média relevância	5	6,1%
Alta relevância	37	45,1%
Extrema relevância	37	45,1%
Total	82	100,0%



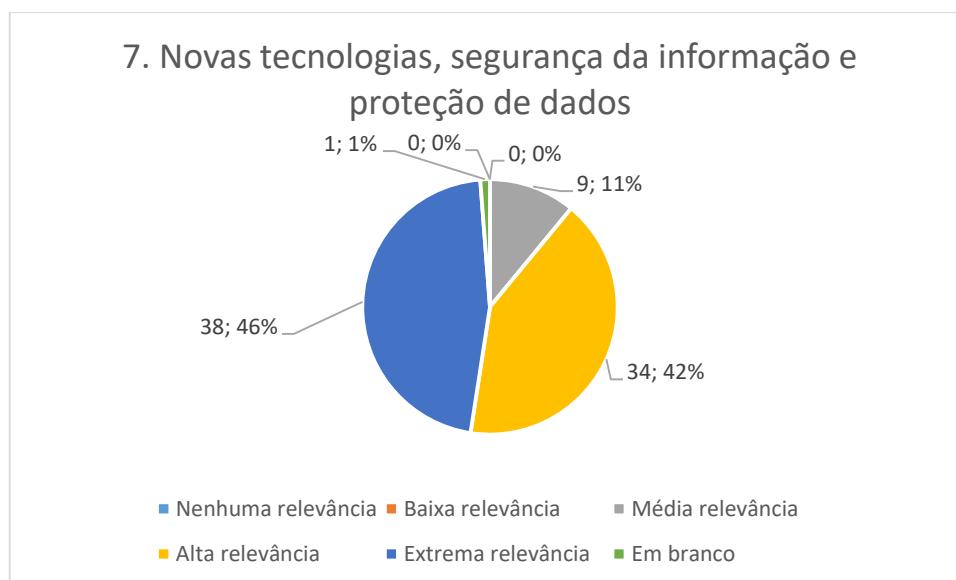
Análise: prevalência das respostas “Extrema relevância” (37 respostas – 45,1%) e “Alta relevância” (37 respostas – 45,1%), perfazendo um total de 74 respostas (90,2%) e sinalizando um elevado peso deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.

6. Gestão orçamentária e custo da eleição	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	0	0,0%
Baixa relevância	1	1,2%
Média relevância	14	17,1%
Alta relevância	31	37,8%
Extrema relevância	36	43,9%
Total	82	100,0%



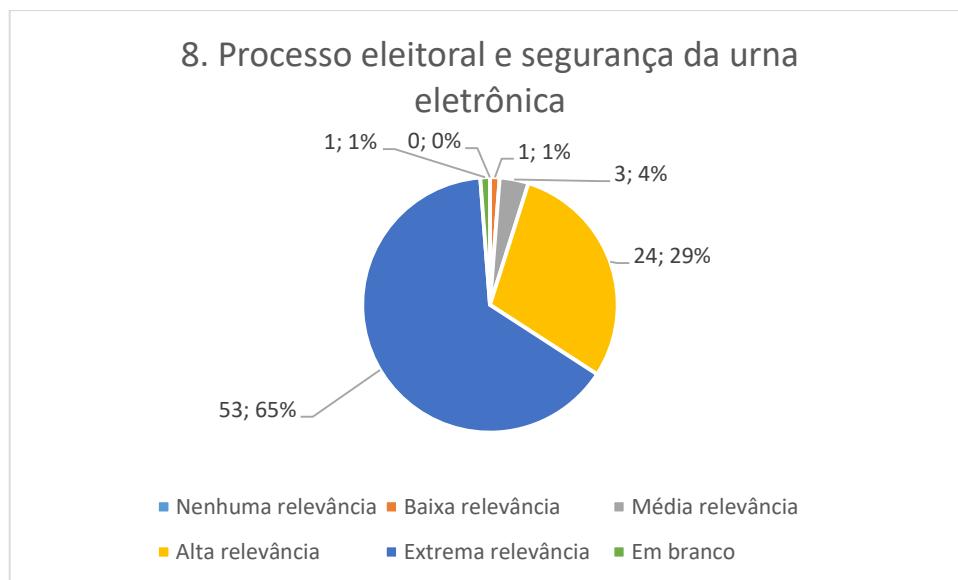
Análise: prevalência das respostas “Extrema relevância” (36 respostas – 43,9%) e “Alta relevância” (31 respostas – 37,8%), perfazendo um total de 67 respostas (81,7%) e sinalizando um elevado peso deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.

7. Novas tecnologias, segurança da informação e proteção de dados	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	0	0,0%
Baixa relevância	0	0,0%
Média relevância	9	11,0%
Alta relevância	34	41,5%
Extrema relevância	38	46,3%
Em branco	1	1,2%
Total	82	100,0%



Análise: prevalência das respostas “Extrema relevância” (38 respostas – 46,3%) e “Alta relevância” (34 respostas – 41,5%), perfazendo um total de 72 respostas (87,8%) e sinalizando um elevado peso deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.

8. Processo eleitoral e segurança da urna eletrônica	Avaliação da relevância	%
Nenhuma relevância	0	0,0%
Baixa relevância	1	1,2%
Média relevância	3	3,7%
Alta relevância	24	29,3%
Extrema relevância	53	64,6%
Em branco	1	1,2%
Total	82	100,0%



Análise: prevalência das respostas “Extrema relevância” (53 respostas – 64,6%) e “Alta relevância” (24 respostas – 29,3%), perfazendo um total de 77 respostas (93,9%) e sinalizando um elevadíssimo peso deste tema para o aprimoramento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte no período 2021-2026.



6. AVALIAÇÃO AGREGADA DA RELEVÂNCIA DOS TEMAS

Tabela – Resultado das respostas da consulta pública por temas

Avaliação (Quantidade)	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância	Em branco
Tema						
1. A Justiça Eleitoral, o processo democrático e as demandas sociais	1	2	13	28	38	0
2. Relacionamento institucional, governança e <i>accountability</i>	0	1	12	36	33	0
3. Prestação jurisdicional e enfrentamento à corrupção e ilícitos eleitorais	1	3	11	32	35	0
4. Responsabilidade socioambiental	1	3	25	33	19	1
5. Acesso à informação e transparéncia	0	3	5	37	37	0
6. Gestão orçamentária e custo da eleição	0	1	14	31	36	0
7. Novas tecnologias, segurança da informação e proteção de dados	0	0	9	34	38	1
8. Processo eleitoral e segurança da urna eletrônica	0	1	3	24	53	1

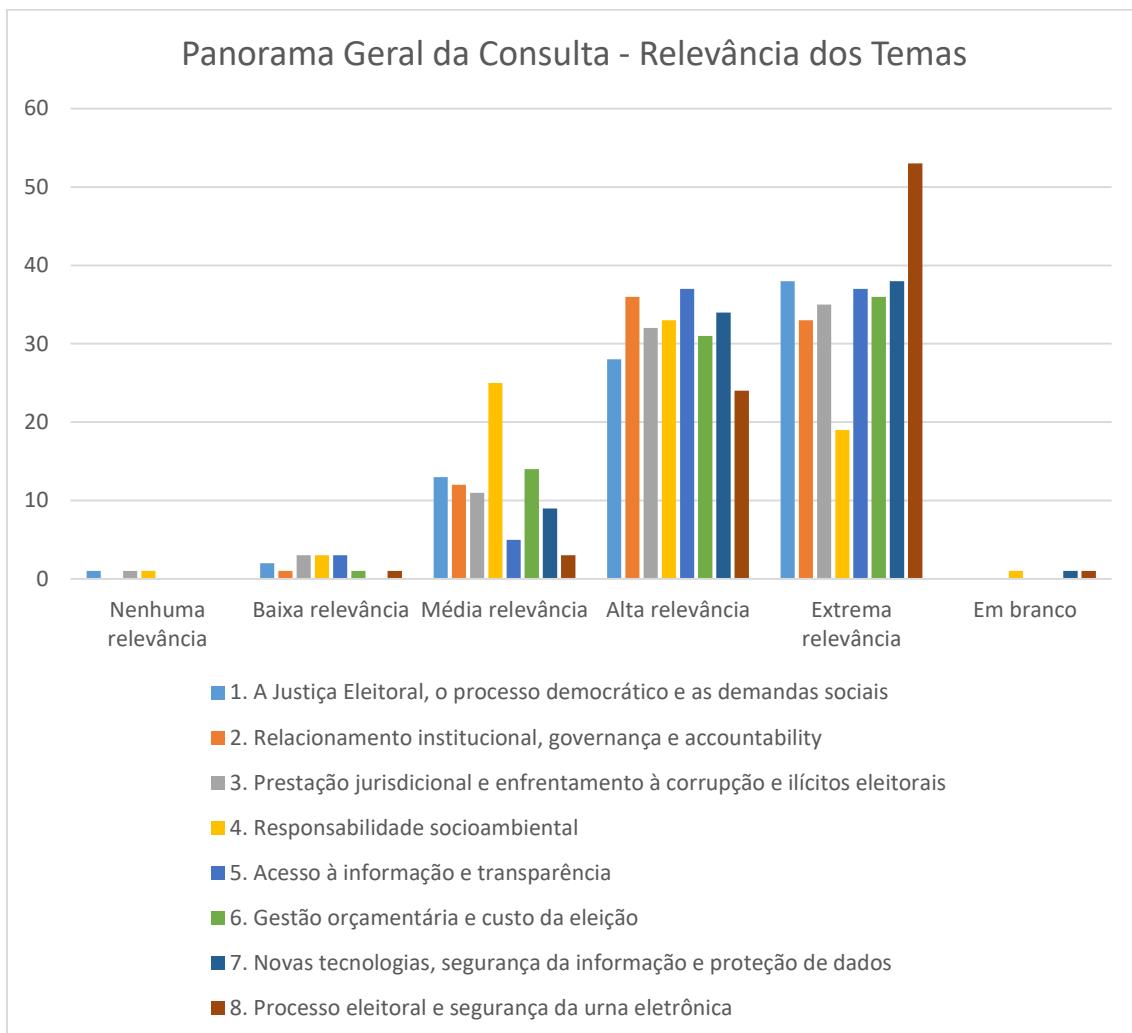
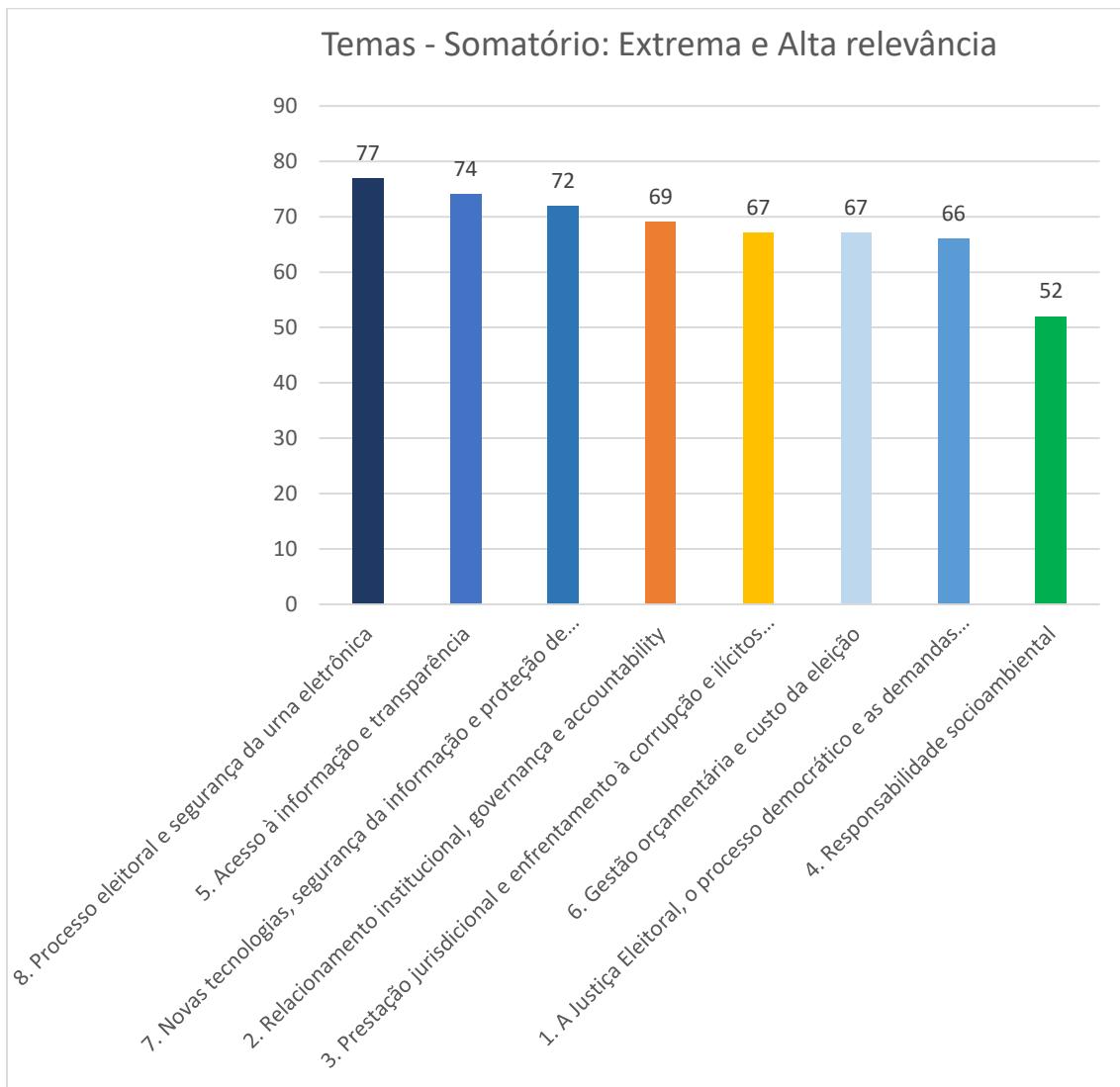




Tabela – Temas classificados pelo somatório da Extrema e Alta Relevância

Avaliação (Quantidade) Tema	Nenhuma relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Extrema relevância	Em branco	Somatório - Extrema e Alta relevância	Classificação
8. Processo eleitoral e segurança da urna eletrônica	0	1	3	24	53	1	77	1º
5. Acesso à informação e transparência	0	3	5	37	37	0	74	2º
7. Novas tecnologias, segurança da informação e proteção de dados	0	0	9	34	38	1	72	3º
2. Relacionamento institucional, governança e accountability	0	1	12	36	33	0	69	4º
3. Prestação jurisdicional e enfrentamento à corrupção e ilícitos eleitorais	1	3	11	32	35	0	67	5º
6. Gestão orçamentária e custo da eleição	0	1	14	31	36	0	67	6º
1. A Justiça Eleitoral, o processo democrático e as demandas sociais	1	2	13	28	38	0	66	7º
4. Responsabilidade socioambiental	1	3	25	33	19	1	52	8º



7. RESPOSTAS E MANIFESTAÇÕES COMPILADAS POR TEMA

Neste capítulo estão transcritas as respostas (contribuições) sugeridas pelos participantes da presente consulta pública, tal qual foram inseridas no formulário.

Numa etapa posterior deste processo revisional do plano estratégico desta Justiça Eleitoral será realizada uma análise crítica de pertinência e completude das presentes sugestões. A análise posterior justifica-se pela necessidade de ter o referencial estratégico aprovado pelo CNJ (Macrodesafios do Poder Judiciário para 2021-2026), bem como de outras informações e etapas do processo revisional já realizadas.

De qualquer forma, as contribuições aqui elencadas já são de grande importância para este processo, uma vez que trazem as contribuições de vários atores deste processo, que são tão importantes na construção de um novo plano estratégico para a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte.

A Justiça Eleitoral, o processo democrático e as demandas sociais

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Campanha/mutirão para emitir títulos em comunidades rurais, quilombolas e de baixa renda. Ademais, reforçar incentivos para adolescentes/estudantes emitirem títulos a partir dos 16 anos
2	Campanhas de conscientização do voto, explicando a importância do voto no futuro do país e como o voto inconstante pode levar um país a ruína.
3	- Demonstrar para o público não somente constituído por crianças e jovens, mas principalmente população da melhor idade, uma linha do tempo dos acontecimentos que envolveram a justiça eleitoral, assim, desenvolver pensamento crítico sobre estas mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Os tempos mudam, nós devemos nos manter sempre bem informados do que está acontecendo ao nosso redor; - Enfatizar o poder do voto nas escolas, procurar meios mais eficazes de se fazer isso - Utilizar o meio que o público alvo faz uso, mídias sociais principalmente - Criar uma agenda semanal, mensal, tornar hábito nas pessoas se politizar



4	Desenvolver periodicamente, nas escolas e universidades, eleições simuladas entre os alunos. Entretanto, antes das simulações, é necessário que os discentes sejam envolvidos pela temática, qual seja, as eleições e sua importância para a democracia, utilizando-se de pate-papos, rodas de conversa e palestras. Por fim, por se tratar de um público jovem, é preciso ainda que utilizando-se dos meios já citados, sejam quebrados os paradigmas referentes as eleições, quais sejam, "que política não presta", venda de votos e etc.
5	Ações de conscientização nas comunidades, em escolas e congêneres, com atividades de interação com os jovens, a exemplo de votações simuladas, apresentações e palestras educativas.
6	palestras em escolas para conscientizar a população acerca da importância do voto e de sua relevância para o processo democrático
7	Participação do TRE efetiva no incentivo à formação de Órgãos de representação discente em escolas e universidades, com apoio efetivo no processo de escolha e eleições.
8	propagandas publicitárias que advirtam os motivos pelos quais um eleitor não deveria votar em um candidato por favores/dinheiro
9	Debate para o fim da obrigatoriedade do voto.
10	palestras nas escolas e mas divulgação nas mídias sociais
11	Adotar ações permanentes junto às escolas, que subsidiem as eleições dos grêmios estudantis, tratando dos principais pontos a serem considerados nas eleições de líderes estudantis (valores, ética, honestidade, flexibilidade, etc), pontos esses que se estendam às outras práticas voltadas ao processo eleitoral democrático brasileiro.
12	Sugere-se que a Justiça Eleitoral tenha, entre as metas a serem perseguidas, a qualificação contínua dos servidores, inclusive com alocação de recursos para treinamentos e pós-graduações.
13	Palestras na escolas e comunidades de bairro.
14	Palestra sobre temas como: Ética, Combate a Corrupção, etc
15	Aumentar o número de servidores nas Zonas Eleitorais para melhor atender a população dos municípios distantes das sedes das Zonas, principalmente no período eleitoral.
16	Ampliação das ações em escolas públicas e privadas voltadas ao eleitor jovem
17	Palestras nas escolas explorando o tema
18	Continuidade das ações junto às escolas, ampliar para as Universidades, público bastante atuante nas atividades políticas. Ações em comunidades de baixa renda. Desenvolvimento de pequenos vídeos para fazer circular nas redes sociais.
19	Campanhas sobre a segurança da Urna Eletrônica, Campanhas sobre fake news
20	Realização de Seminários e palestras sobre a segurança do processo eletrônico de votação nas universidades, assembleia legislativa e no próprio TRE para Magistrados, Promotores, Políticos e Jornalistas.



21	Deve haver uma sinergia maior entre a sede do Tribunal e as Zonas Eleitorais, com o intuito de otimização dos resultados e diminuição de gastos
22	Ações de conscientização da importância e significado de Democracia nas instituições de ensino.
23	Ações que tenham por público-alvo adolescentes na faixa etária de 12-17 anos.
24	Intensificar a entrada dos Tribunais eleitorais nos noticiários de rádio e TV
25	Sugiro que as ações voltadas aos cidadãos recebam maior atenção e recursos, do que as voltadas para capacitação de servidores, ao contrário do que sempre ocorre. Considero que além dessa ser uma das missões do Tribunal, consiste em uma estratégia importante para a valorização da instituição junto à sociedade.
26	Fazer consultas ao eleitorado
27	Realização de concursos culturais; Sugestão - Os trovadores, repentistas e cordelistas fazem reuniões anuais com temas para disputas e produção cultural. A Justiça Eleitoral poderia apoiar estes eventos, recebendo em troca produção cultural educativa para uso em suas ações.
28	São importantes mas devem ser ações secundárias paralelas até que o órgão alcance excelência na missão institucional primária: o processo eleitoral
29	Promover um apanhado comparativo das ações prometidas e efetivamente realizadas pelos parlamentares eleitos (municipais, estaduais e federais), nos dois últimos mandatos, a fim de mostrar, de maneira concreta, os reflexos do voto consciente, e a necessidade de um desenvolvimento de senso crítico e racional no público-alvo.
30	Incluir nas ações ampla divulgação da segurança do voto eletrônico.
31	Eventos em escolas, sobretudo com o público infantil para fomentar cada vez mais uma consciência cidadã
32	Fazer campanhas de uso da urna eletrônica em comunidades mais pobres, para esclarecer os cidadãos
33	Fomentar o debate sobre atemática nas sedes das Zonas com o eleitorado e possíveis candidatos em geral. Para que se possa permitir a discussão de ideias .
34	Palestras nas escolas.
35	Levar às escolas em visitas guiadas ao deposito de urna para verem como é feito o trabalho com as urnas... uma palestra como aquela que houve promovida pela Eje sobre segurança da informação focando no que é fake e o que é verdade... inclusive com a mesma didática do palestrante ...
36	Palestras em escola, educação política
37	Divulgar ao máximo o poder do voto, instrumento legítimo para escolha dos representantes
38	Palestras, eleições simuladas
39	Oficinas nas escolas demonstrando como o processo eleitoral acontece, e reforçando a lisura, transparência e ética quando tratar do alistamento e das campanhas eleitorais.



40	Promover ações junto às escolas públicas, a fim de tornar os jovens mais esclarecidos e politizados. Escolher escolas específicas para trabalhar de maneira contínua, principalmente nos municípios mais carentes.
41	Aumentar ações nas escolas
42	Palestras e eventos junto às escolas
43	Incluir matéria de direito eleitoral nas escolas
44	A justiça Eleitoral deve focar sempre no público jovem sobre a relevância do voto para mudar-mos o país e a necessidade da cobrança dos políticos.

Relacionamento institucional, governança e *accountability*

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Incentivar uma maior transparência dentro dos órgãos judiciários
2	As coisas precisam acontecer de maneira mais enfática. A proposta é muito boa, mas deve sair do papel, deve de fato ocorrer.
3	Penso que a transparência se afigura como postulado fundamental para atribuir à Justiça Eleitoral a credibilidade necessária perante a população.
4	Realização de cursos com os magistrados e palestras.
5	Realizar mais audiências públicas nas zonas do interior.
6	O TRE atualmente é distante da população, resumindo sua atuação às eleições. Deve se envolver e disponibilizar sua estrutura para qualquer processo de escolha dentro da sociedade.
7	Corte de gastos na máquina pública e o fim de privilégios.
8	Adotar pesquisas de avaliação nos mais diversos serviços prestados pela Justiça Eleitoral e aplicar efetivamente os seus resultados na reformulação desses serviços (trabalhar com dados estatísticos).
9	É necessário se desenvolver tecnologias de " <i>open government</i> ", a fim de que haja uma participação mais incisiva por parte dos cidadãos. A fiscalização eleitoral é uma das áreas em que se faz necessária essa participação.
10	Maior participação dos servidores na alocação de parâmetros de gestão por competências.
11	Maior divulgação do tema em redes sociais de maior abrangência (<i>Instagram</i> e <i>facebook</i>).
12	Realização de Audiências Públicas para debater o tema na capital e nos maiores municípios.
13	Nós trabalhamos para prestar serviço à comunidade e devemos sempre buscar o retorno dos cidadãos através de avaliações.



14	Priorização das Eleições com fomento às ações de melhorias dos processos da eleição com uma maior participação dos envolvidos.
15	Buscar promover um acompanhamento continuo do desempenho de gestores. Criar um banco de dados estatísticos para tal finalidade, criar metas para servidores/serviços, etc.
16	Ampliação dos canais da Ouvidoria.
17	Considero que o acesso aos dados do Tribunal pela sociedade é imprescindível para que seja permitida essa fiscalização. Portanto, disponibilizá-los por meio de um canal de fácil navegação e com interface intuitiva, torna mais simples o acompanhamento dos dados do TRE/RN pela sociedade.
18	Consultas ao eleitorado.
19	A <i>accountability</i> deve ser promovida através da disponibilização de documentos de fácil leitura para o leigo no portal da transparência, documentos estes com dados compilados das ações do TRE/RN.
20	Grupos de estudo devem buscar mais o aprimoramento prático e identificar pontos que necessitam melhorias.
21	Desenvolver uma ferramenta capaz de converter os julgamentos de registros de candidaturas indeferidos e demais ações eleitorais de natureza exclusiva (cassações, impugnações) da linguagem jurídica para a linguagem coloquial a fim de que as pessoas saibam de forma real e prática por que motivos um candidato ou titular de mandato eletivo não pode permanecer com sua partícula de poder representativo.
22	Manter o nível de transparência e propiciar oportunidades de manifestação por parte da sociedade (exemplo: através do site e ouvidoria).
23	Aprimorar cada vez mais a transparência dos gastos públicos e das ações desenvolvidas para a sociedade, fazendo com que o cidadão tome conhecimento dos projetos e serviços disponíveis, além do acesso às contas públicas.
24	Isso é uma forma de agregar a participação dos Magistrados e servidores das zonas que comumente se sentem excluídos das discussões de interesse do Tribunal. Já que, atualmente, principalmente no que concerne os servidores dos cartórios, há um sentimento geral de abandono, de falta de atenção pro parte do Tribunal, fatalmente contaminando o resultado do trabalho apresentado por estes. Deste modo, é necessário a criação de um núcleo permanente de representação das zonas eleitorais, a exemplo do que já existe em diversos Tribunais, tais como TRE/CE e TRE/RS, para que assim haja uma legitimação na representatividades deste núcleo de servidores.
25	Realizar consulta pública para resolução de questões relevantes do interesse da sociedade e da justiça eleitoral.
26	Aplicação efetiva. Reuniões com todos os servidores de 3 em 3 meses ou quando necessário para que todas as ações de todas as secretarias sejam repassadas para todos os servidores. A comunicação dentro do tribunal precisa ser mais transparente... todos deveriam apresentar o q está previsto e em andamento ... não só ao concluir... em todos os níveis, inclusive para que ninguém reinvente a roda. Isto também é gestão. Valorizar o trabalho das pessoas. O tempo das pessoas...
27	Publicidade e transparência nos atos praticados.
28	Instituir consultas ao TRE através de um canal direto de What Zap.
29	Ressaltar a importância do voto para a escolha dos representantes.



30	Aprimorar os mecanismos de transparência.
31	Ampliar a prática de uso dos instrumentos de gestão participativa citados, ouvindo a sociedade quanto a temas da eleição, mas também quando à atuação do Tribunal como órgão público e sua responsabilidade com os gastos públicos e onde estão sendo investidos. É importante que os presidentes dos Tribunal estabeleçam prioridades claras, objetivas, viáveis e vinculadas às metas do planejamento estratégico já no processo de transição, e prestem contas periodicamente ao público interno (magistrados e servidores) e à sociedade dos resultados efetivos dessas ações na modernização do TRE
32	Realização de audiências públicas sobre temas de interesse da sociedade, como aspectos na atuação da Justiça Eleitoral e os resultados dos julgados para a sociedade de maneira mais clara para a população, que não possui tanto conhecimento técnico. Análise das prestações de contas mais efetivas, sem considerar muita ressalva, tornando os resultados mais transparentes para o cidadão. Maior fiscalização do dinheiro público.
33	Tornar mais transparente as ferramentas de prestação de contas.
34	Sempre os Órgãos públicos e os servidores devem focar nessa linha de sempre prestar conta a sociedade sobre os serviços prestados, tendo em vista que sempre devemos buscar o melhor atendimento.

Prestação jurisdicional e enfrentamento à corrupção e ilícitos eleitorais

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Manter essas propostas.
2	Transformar o título de eleitor em um documento válido, ou seja, o título é um documento que precisa de outro para ser validado.
3	De fato, as metas estabelecidas pelo CNJ possuem, sim, razões que justificam a sua existência, orientando a atuação do Poder Judiciário em direção àquilo que deve ser considerado prioritário. Quanto à nova competência, penso que a Justiça Eleitoral deve se reinventar... é dizer: fazer mais com menos.. a exemplo da criação e manutenção, pelo TRE, de uma estrutura aprimorada, voltada para o primeiro grau, para que se possa fazer o julgamento acelerado dos feitos mais complexos, àqueles em relação aos quais as zonas eleitorais, ordinariamente, terão dificuldade.
4	Treinamento com magistrados e servidores para estabelecer rotinas para apuração destes ilícitos.
5	Divulgar dados de condenados e absolvidos em processos de improbidade, corrupção...
6	Debate sobre alteração legislativa contra a decisão do STF de 2019 mencionada acima.



7	A capacitação dos servidores em temas relacionados ao enfrentamento à corrupção e ilícitos eleitorais é de extrema importância. Urge adotar aperfeiçoamento contínuo no que tange à prestação de contas.
8	Fortalecimento do mecanismo de prestação de contas dos partidos e candidato.
9	Realização de cursos de capacitação com servidores e magistrados.
10	Capacitação do seu quadro funcional para o melhor desempenho da nova atribuição.
11	Melhorar a estrutura das Zonas Eleitorais (maior número de servidores e magistrados).
12	Diante da nova atuação da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes comuns que apresentam conexão com crimes eleitorais, mister se faz capacitação de servidores e magistrado em matéria criminal.
13	Realizar capacitação dos servidores para este tema novo que foi passado para a justiça eleitoral.
14	Melhoria dos processos de trabalhos, mediante modelagem e BI.
15	Reconhecimento do cumprimento de metas por parte do Tribunal em relação as Zona Eleitorais, valorizando as Zonas mais produtivas.
16	Buscar na Justiça Federal as melhores práticas para os cuidados com processos de crimes comuns que mantenham conexão com crimes eleitorais.
17	Ampliação da força-tarefa para assessorar a análise de processos que tratam de crimes comuns que apresentam conexão com crimes eleitorais.
18	Mecanismos de denúncia - canais telefônicos.
19	Acredito que uma estratégia importante para responder à nova demanda seria uma melhor distribuição da mão de obra do Tribunal. Inclusive, dos cargos e funções em comissão, que estão, atualmente, concentrados na área meio.
20	Consultas ao eleitorado.
21	A absorção dos crimes comuns junto com os eleitorais precisa ser melhor discutida a nível nacional. O órgão precisa avaliar o impacto e se posicionar, a meu ver, contra.
22	É preciso dotar de recursos humanos os TREs e o TSE para enfrentamento deste desafio, talvez buscando com um estudo detalhado estabelecer um número mínimo de servidores para evitar o congestionamento de processos.
23	Fomentar o debate sobre temática nas sedes das Zonas com o eleitorado e possíveis candidatos em geral. Para que se possa permitir a discussão de ideias.
24	Transparência total nos processos.
25	Sem sugestões no momento.
26	Capacitação e criação de setores específicos para abranger a demanda.
27	Instituir consultas públicas através de WZ.
28	Não concordo com a competência confirmada pelo STF.



29	A decisão do STF direcionou o olhar da sociedade para a JE, no maior movimento coletivo de combate à corrupção dos últimos anos que são as operações decorrentes da Lava-Jato. Como servidor da JE, sei que os recursos desta Justiça são escassos, tanto de pessoal, como material, especialmente este último, que só recebe aporte diferenciado para o pleito, com despesas certas e voltadas à logística do pleito. Instrumentalizar a JE e qualificar o pessoal para fiscalizar mais e melhor e exercer as atribuições decorrentes da decisão do Supremo é fundamental. Esse compromisso tem que ser objetivo e claro para a sociedade no novo plano estratégico.
30	Resultados das prestações de contas de maneira mais efetiva, sem muitas ressalvas, aprova ou não aprova, e, principalmente, tornando os resultados mais transparentes para o cidadão. Publicar os resultados. Publicar também os prazos de cada julgamento (início e fim), demonstrando maior celeridade.
31	Priorização de julgamento.
32	Na minha opinião a justiça eleitoral está mudando o foco dela que são os crimes eleitorais e que a justiça eleitoral não tem estrutura para julgamento de crimes comuns, até pq devido a grande rotatividade dos magistrados e promotores.

Responsabilidade socioambiental

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Aprimorar ações voltadas a educação ambiental dos servidores. Apesar da presença de locais apropriados para o descarte dos materiais, ainda existe uma confusão em relação aos itens que pertencem a cada cesto.
2	Economia e eficiência são as palavras de ordem para toda e qualquer gestão pública.
3	Realização de campanhas ambientais.
4	Divulgar ações efetivas.
5	Reavaliar o isolamento térmico das salas, pois os <i>blackouts</i> colocados nos vidros, não impedem o calor entrar nas salas, fazendo o ar condicionado consumir muito mais energia.
6	Dotar mais cartórios eleitorais com esse sistema para economia de recursos naturais.
7	Coleta seletiva (lixo seco e lixo molhado) dentro de todas as seções.
8	Sensibilização dos servidores quanto à necessidade de se economizar os recursos utilizados no trabalho para a melhoria dos recursos naturais.
9	Criação de parcerias entre os juízos eleitorais e associações comunitárias locais para reciclagem de lixo.
10	Iniciativas de uso de energia solar, reciclagem de papel.
11	Adoção de ilhas de impressão, compostagem do lixo orgânico.



12	Consultas ao eleitorado.
13	A eficiência e bom uso dos recursos está juntamente ligada à preservação da missão institucional e ao interesse público. Seguir nesse caminho.
14	Normatização do teletrabalho.
15	Expandir as usinas fotovoltaicas nos demais Fóruns Eleitorais do TRE/RN.
16	Ampliar a implantação de unidades fotovoltaicas de geração de energia elétrica.
17	Melhor uso dos recursos. Equipamentos que consumam menos energia.
18	Instituir consultas públicas através de WZ.
19	Não faz parte da atividade-fim da Justiça Eleitoral.
20	Ampliação do fotossensores nos banheiros e cozinhas.
21	Realizar audiências públicas sobre o assunto, difundindo para os jovens a importância da sustentabilidade para o planeta e continuar adotando práticas de redução de despesa, e que devem ser divulgadas, nas próprias audiências.
22	Manutenção dos programas de sustentabilidade.
23	O nosso TRE RN está dando um grande exemplo como Órgão Público buscando sempre meios de contribuir com o meio ambiente, buscando de todas as formas à economia, só acho também que os outros Órgãos devem fazer mais o dever de casa.

Acesso à informação e transparência

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Maior divulgação dessa ferramenta.
2	A simplificação dos meios de consulta e das maneiras de exposição, de modo a facilitar o entendimento daqueles que buscam tais informações, sejam eles, juristas ou cidadãos não alfabetizados.
3	A transparência, em tempos de águas revoltas, é muito bem-vinda.
4	Divulgação.
5	Incentivo para que todos os departamentos comecem a divulgar seus dados de forma que seja possível de localizar onde estão os gargalos de produtividade de cada setor e assim tomar as medidas cabíveis para ser o mais eficiente possível.
6	Aperfeiçoamento do mecanismo de buscas jurisprudenciais.
7	Adotar portal de transparência que consiga ser visualizado com facilidade e seja intuitivo para o cidadão leigo.
8	As decisões administrativas devem ter mais transparência.



9	Manter a página da instituição sempre atualizada para possibilitar um maior acompanhamento da sociedade.
10	Adoção de um GED para centralizar todos os documentos oficiais.
11	Publicação na intranet e internet de todas as informações exigidas pelo CNJ.
12	Tornar o portal da transparência do TRE/RN um ambiente de mais fácil navegação, pois não considero que seja intuitivo. O primeiro lugar foi obtido por se tratar de uma avaliação do CNJ, que foca nos itens que são disponibilizados, sem observar a forma como estão disponíveis.
13	Consultas ao eleitorado.
14	Idem seção - Relacionamento institucional, governança e accountability.
15	Aprimorar cada vez mais a transparência do gasto público, dos projetos em andamento e dos serviços disponíveis para a população, utilizando ferramentas de acesso via celular.
16	É necessário, principalmente em decorrência das previsões legais, como a lei de acesso à informação, a abertura de acesso externo ao PAE.
17	Criação ou aprimoramento de ferramentas computacionais de tratamento de dados e sua divulgação.
18	Estimular um canal do conhecimento em todas as unidades do TRE. Se possível de toda a JE por área de conhecimento para otimizar o tempo do pesquisador seja ele advogado, servidor, magistrado... sociedade.
19	Aprimoramento e continuidade das ações
20	Instituir consultas públicas através de WZ.
21	Aplicação das informações disponibilizadas.
22	Acesso à informação e transparência é imprescindível para os órgãos públicos com a LAI. É fazer cumprir o que a lei determina. O que falta organizar no Tribunal é o conteúdo e o volume de informações que se tem e que não se sabe, às vezes, onde localizar.
23	PARABÉNS... Fazer vídeos para serem divulgados sobre assuntos importantes e de interesse da sociedade, como: redução do custo das eleições, os resultados dos julgamentos, interessante seria propagar pelo whatsapp.
24	Poder público deve disponibilizar as informações de forma clara, objetiva e de fácil acesso.
25	Todo Órgão Público deve ter sempre em foco a transferência e a prestação de contas à sociedade.



Gestão orçamentária e custo da eleição

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Desenvolver mecanismos cada vez mais eficientes para a realização dessas reduções, otimizando os gastos e direcionando para os pontos mais relevantes
2	É de rigor que se faça uma ponderação entre as necessidades essenciais para um funcionamento da justiça eleitoral com excelência e a imperioso enxugamento da máquina pública.
3	Divulgação
4	confirmação de que a cada requisição feita ao departamento orçamentário do TRE irá resultar de alguma forma em algo rentável no futuro e que irá ser terminado sem custos excessivos
5	Corte de gastos na máquina pública e o fim de privilégios.
6	Criar ferramenta de comunicação entre as diversas áreas do Tribunal, de forma a garantir um melhor planejamento/acompanhamento das ações de cada unidade com os respectivos gastos.
7	A maior participação de servidores das Zonas Eleitorais é importante para que se consiga otimizar o uso dos recursos públicos, especialmente em áreas concernentes ao processo eleitoral.
8	Melhorando o sistema de compras com um melhor planejamento.
9	Ampliar o uso de inteligência artificial para relatórios gerenciais que permitam um melhor controle dos recursos orçamentários da Casa
10	Realizar programas de conscientização para os servidores e colaboradores da importância de se economizar os recursos materiais para que não falem recursos orçamentários para itens indispensáveis
11	Melhor planejamento do orçamento, mediante a utilização de instrumentos automatizados
12	Buscar nas rotinas a melhor forma de fazer, visando a diminuição de burocracia em excesso (disfuncional).
13	Intensificar campanhas de conscientização para o uso racional de energia
14	A redução do quantidade de servidores requisitados, cedidos e sem vínculo contribuiriam para redução de gastos, uma vez que tais designações/nomeações representam acréscimo na folha de pagamento, considerando os benefícios e o vencimento dos mesmos. A otimização dos processos de trabalho da casa também impactaria na redução dos custos, bem como a concessão de teletrabalho.
15	Consultas ao eleitorado
16	Publicizar em números comprehensíveis a uma pessoa com apenas ensino fumarentas quanto efetivamente foi reduzido ou deixou de ser acrescido em termos orçamentários e o quanto se continuou fazendo.
17	Informatizar o plano de contratações (ótimo instrumento de planejamento e acompanhamento das e do gasto público)

18	Modelagem dos processos de trabalho visando maximizar o desempenho com os recursos financeiros existentes.
19	Somente com um bom planejamento é que conseguiremos conter o "desperdício" ou poder deslocar recursos para setores mais importantes. Assim, é necessário que as Zonas que, em regra, são os setores que mais demanda as atividades de preparação e execução da eleição. É salutar e necessário que elas sejam incluídas diretamente no planejamento e gestão orçamentária da eleição.
20	Reducir a quantidade de veículos da frota do TRE para reduzir custos com a manutenção em geral.
21	O custo com envio de pessoas para as zonas eleitorais é muito alto. Diárias e deslocamentos. Uso de material impresso, dentre outros.
22	Instituir consultas públicas através de WZ
23	Mais treinamentos para o servidor, na hora do expediente
24	Sem orçamento não há investimento e sem investimento não há modernização. A JE precisa investir mais em inovações em processos e tecnologias para implementar melhorias que justifiquem seu funcionamento. Só urnas não manterá a existência da JE em um cenário tão restritivo. Seis anos fazem diferença, com a dinâmica de evolução que vemos atualmente. Acho que o órgão gasta mais pra se manter e pouco em ser diferencial para a sociedade, além de fazer somente a eleição.
25	Publicar a evolução dos custos das eleições e sua importante redução ou ações que foram tomadas com esse fim.
26	Propor alternativas para diminuição do custo da Justiça Eleitoral
27	O controle dos gastos deve ser sempre o foco de todas as instâncias Públicas.

Novas tecnologias, segurança da informação e proteção de dados

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Manutenção das diretrizes já existentes
2	Campanhas de esclarecimento sobre a segurança das urnas e das eleições
3	Divulgação



4	<p>Primeiramente a justiça eleitoral deveria atualizar seus sistemas para deixar de utilizar Java web e utilizar uma tecnologia mais nova, com funcionalidades melhores e usabilidade mais simples pois se atualizar é algo essencial e no poder público este processo é meio lento .</p> <p>Em 2o lugar, os logins no sistema não deveriam ser dados pessoais que podem ser tomados de diversas formas como título e cpf, deveria ser gerado um login/senha randômico e único que deveriam ser alterados após o primeiro login.</p> <p>Em 3o lugar, utilização de ferramentas de organização como trello, para que todos pudessem ter noção das tarefas que os outros estão desenvolvendo e saber qual o andamento do trabalho de cada um.</p>
5	<p>Estabelecer o aperfeiçoamento contínuo dos servidores da área de TI, a fim de se capacitarem na área de segurança da informação.</p> <p>Adquirir recursos mais modernos de infraestrutura na área de TI relacionados à segurança da informação, como é o caso de equipamentos de "backup" e criptografia.</p>
6	Criação de apps/sistemas voltados diretamente para o eleitor.
7	Promover substituição de equipamentos de informática por outros com tecnologia sem fio.
8	Comprovação Pra sociedade da segurança das urnas.
9	Acredito que a área de TIC deve permanecer em constante aprimoramento, essencialmente, no tocante à estratégia de TIC que deveria atuar criando um ambiente de confiança e de colaboração para facilitar a interação entre as áreas. Percebo que não há essa integração porque não há uma estratégia definida pelo alto escalão do Tribunal em conjunto com a área de TIC.
10	Consultas ao eleitorado.
11	<p>É preciso aprimorar a comunicação e a forma de lidar com a opinião pública. O processo eleitoral e sua segurança precisa ser mais compreendido pelo público.</p> <p>Sugiro um canal de comunicação direto e digital com o público. Um App completo sobre a segurança da urna é minha sugestão. E um canal para combater a fakenews.</p>
12	Capacitar as equipes técnicas sobre o tema.
13	Um estudo das necessidades de cada unidade em nível tecnológico para não estar adquirindo o q não é necessidade das unidades... ou que está abaixo da necessidade das unidades. E que seja uniforme. A tecnologia para otimizar o trabalho de todos.
14	Continuidade e aprimoramento dos serviços.
15	Instituir consultas públicas através de WZ.
16	Sem dúvida, o tema é de alta relevância, mas excetuando os produtos gerados pela Residência de TI, projeto desta gestão, pouco se vislumbrou até agora de diferenciais na área de TI que representem salto para o Tribunal. Segurança da informação sem teoria, mas sim agregando valor à tecnologia no acesso a sistemas, principalmente pela rede externa, diferencia o órgão em relação às áreas finalísticas, que é o que a sociedade enxerga. TI sempre será meio de modernização em qualquer instituição.



16	PARABENS... Automatizar mais serviços que facilitem a vida do eleitor, principalmente pela internet. Propagar pelo Zap, essas novas tecnologias que possam facilitar a vida do eleitor e melhorar a fiscalização do uso do dinheiro público.
17	manutenção dos investimentos.
18	Muito importante pq está em jogo a segurança e a transparência de todo Órgão.

Processo eleitoral e segurança da urna eletrônica

Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.

Nº	Resposta registrada no formulário da consulta pública
1	Se você avaliou este tema como de média, alta ou extrema relevância, sugira iniciativas que possam ser desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do RN no período 2021-2026.
2	Manutenção e aprimoramento da segurança e, principalmente, do sigilo do voto.
3	Mesmo do anterior.
4	Criar campanhas de incentivo em escolas e na sociedade em geral pra conhecer atos preparatórios do processo eleitoral, visando disseminar o conhecimento da segurança de todo o processo.
5	Divulgação.
6	As urnas eletrônicas ainda não gozam de plena confiança na população. Infelizmente, a urna eletrônica mostrando o voto impresso foi derrubada pelo STF.
7	Ampliar a divulgação do funcionamento da urna e da sistemática adotada pela JE para toda a sociedade, por meio de ações/painéis em vários eventos com um grande contingente de pessoas.
8	Dar transparência do processo eleitoral eletrônico é uma das formas de se garantir a segurança no processo eleitoral. A partir do momento em que o cidadão toma consciência da segurança envolvida em todo o processo, a democracia como um todo se fortalece.
9	Difusão de informações sobre a segurança da urna.
10	Realização de seminários aberto a sociedade, partidos políticos, imprensa etc para demonstrar a segurança do processo de votação eletrônica do nosso país.
11	Criação de parcerias com empresas de auditoria independente para verificação da integridade do processo eleitoral.



12	Achei o quesito confuso. Não comprehendi se deveria focar no planejamento ou no envolvimento da sociedade ao longo das ações previstas no calendário eleitoral. Quanto ao planejamento, considero que não ocorre como descrito, visto que os resultados obtidos na avaliação das eleições são ignorados e são instituídos GTs para tratarem dos mesmos temas abordados na referida avaliação. Quanto à participação da sociedade, considero de extrema relevância. Sugiro, inclusive, que seja agendada a participação de ramos da sociedade em ações como a preparação das urnas e auditoria da eleição (votação paralela).
13	Consultas ao eleitorado.
14	É preciso aprimorar a comunicação e a forma de lidar com a opinião pública. O processo eleitoral e sua segurança precisa ser mais compreendido pelo público. Sugiro um canal de comunicação direto e digital com o público. Um App completo sobre a segurança da urna é minha sugestão. E um canal para combater a fakenews
15	Explicar as vantagens da urna eletrônica e contra-argumentar os motivos que levam a muitos países ricos e desenvolvidos a não optarem por ela.
16	Divulgação da segurança do voto eletrônico.
17	Aprimorar a segurança da urna e realizar campanhas para ensinar o eleitor como votar.
18	Incentivar, capacitando, os servidores das zonas a palestrarem ou conversarem com a população sobre a segurança da Urna e o processo eleitoral. Lembrando que ultimamente temos tido questionamento inadequados sobre a segurança do voto eletrônico.
19	Publicidade e transparência nos atos preparatórios das urnas para as eleições, incluindo a carga dos dados e lacração das urnas.
20	Gravar videosbinstitucionais mostrando os trabalhos ligados às urnas. Convite à visitas guiadas.
21	Instituir consultas públicas através de WZ.
22	A urna tem 24 anos.
23	Maior publicização do trabalho do TRE, inclusive em ano não eleitoral.
24	A eleição é nossa razão de existir. O maior problema é que só falamos dela em ano eleitoral, por isso que o discurso de que a JE só trabalha em ano eleitoral é recorrente. Investir em ações contínuas divulgando o processo, antes, durante e depois, deve ser uma prática permanente. Outra coisa é melhorar o planejamento. Somos os únicos no mundo que fazemos a eleição que conhecemos, mas parece que não sabemos, porque só muda o método de planejar a eleição, as questões são repetidas sempre, as dúvidas as mesmas. Os servidores precisam de apropriar do processo de modo geral, porque quando alguém assume um cargo de gestão sem experiência, ainda que seja antigo na instituição, parece que não sabe o caminho. Essas incertezas geram instabilidade, insegurança e descrença na palavra planejamento.
25	Divulgar mais aspectos claros para a população sobre a segurança da urna. Propagandas de esclarecimento mais constante no tempo.
26	Intensificação das medidas de segurança e divulgação dos teste e resultados na mídia



27	Mesmo a urna eletrônica se mostrando segura, o voto impresso é necessário para garantir a lisura do processo
28	Só acho que cada vez mais deve-se tornar mais acessível a sociedade de como é o funcionamento do sistema, pra que todos entendam como funciona o sistema eleitoral.